



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO GRANDE DO SUL**  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE  
E INFRAESTRUTURA

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

**ATA DA 117ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE  
AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA**

1 Aos vinte e um dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, realizou-se a 117ª Reunião Ordinária da Câmara  
2 Técnica Permanente de Agropecuária e Agroindústria, do Conselho Estadual de Meio Ambiente, com início às  
3 9h e 30min, e com a presença dos seguintes membros: Sra. Liana Barbizan, representante do Corpo Técnico  
4 Sema; Sra. Marion Heinrich, representante da FARMUS; Sr. Domingos Lopes, representante da FARSUL; Sr.  
5 Cristiano Prass, representante da FEPAM; Sr. Tiago Pereira, representante da FIERGS; Sr. Tenente Itamar  
6 Gonçalves, representante da Secretaria de Segurança Pública; Sra. Taiana Ramidoff, representante da SEMA;  
7 Sr. Eduardo Stumpf, representante da SERGS. Participaram também os seguintes representantes: Sr. Marcio  
8 Bernardi/ FIERGS; Sra. Paula Hofmeister/ FARSUL; Diogo Heck/ SEMA. Após a verificação de quórum foi dado  
9 início a reunião às 09h33min. **Passou-se para o 1º item de pauta: Ata da 116ª Reunião Ordinária e 34º**  
10 **Reunião Extraordinária da CTP de Agropecuária e Agroindústria:** Domingos Lopes/FARSUL coloca as atas  
11 em votação. **APROVADA POR UNANIMIDADE. Passou-se para o 2º item de pauta: Zoneamento**  
12 **Ambiental da Silvicultura do RS - ZAS:** Domingos Lopes/FARSUL realiza breve explicação do que foi  
13 determinado em reuniões anteriores, afirma ter sido incluído um comentário e avaliação do setor produtivo a  
14 respeito da proposta do DRHS, a respeito da hidrologia, foi recomendado que se tenha cuidado com as quatro  
15 bacias hidrográficas que foram ratificadas no relatório anual de recursos hídricos. Cristiano Prass/FEPAM  
16 esclarece que em relação aos termos de conectividade e permeabilidade a FEPAM tem se mostrado  
17 desconfortável, apesar do parecer inicial que foi manifestado pela FEPAM, foi disponibilizado para o GT e  
18 igualmente para a CTP, a FEPAM afirma que não está de acordo com o que está disposto em termos de  
19 conectividade, já foi explicado em reuniões anteriores que o sistema mostra uma imagem real do que tem  
20 acontecido nos dias de hoje, não é permeável com o futuro, é entendido que no momento em que for  
21 trabalhado novamente o uso do solo, migrando de remanescentes de vegetação para uso antrópico sendo  
22 agricultura ou silvicultura, é aberto espaço na silvicultura, é realizada a proposta de tentar manter distancia e  
23 tamanho entre maciços, distancia e conectividade. Tiago Pereira/FIERGS questiona como a FEPAM vê a  
24 manutenção do tamanho do distanciamento de maciços hoje, para que possa se evoluir o assunto e dar  
25 andamento no tema para que seja levado ao CONSEMA. Cristiano Prass/FEPAM afirma que enquanto FEPAM  
26 não tem nova proposta, para que possa ser acelerado e começado a se pensar em um estudo ou debater  
27 sobre uma forma de estudar o tamanho de maciços, para que fosse poupado tempo pode ser mantido os  
28 números atuais. Domingos Lopes/FARSUL sugere que seja iniciada a discussão em relação á hidrologia.  
29 Cristiano Prass/FEPAM Conclui que enquanto FEPAM seria considerado que se fosse mantido o mapeamento  
30 sem a distancia dos 150 metros que foi alocada na atual versão do ZAS. Tiago Pereira/FIERGS as adequações  
31 que foram realizadas nas diretrizes do ZAS, foram feitas em função das adequações das legislações, a parte  
32 de área úmida e banhado, foram caracterizadas e distintas, a diretriz tentou de alguma maneira fazer o arranjo  
33 atualizado do que a norma esta nos dias de hoje, questiona do porque a decisão de retirar o distanciamento e  
34 manter as questões de áreas úmidas que não está na conjuntura legal. Marcio Bernardi/FIERGS diz que as  
35 questões das diretrizes devem ser discutidas dentro de um GT, para que possa ser discutido especificamente  
36 sobre os maciços, distância, conectividade e permeabilidade, se for iniciada a discussão sobre diretrizes será  
37 retirado o foco principal. Domingos Lopes/FARSUL afirma que o conselho estadual solicita um parecer sobre  
38 um trabalho de consultoria que foi realizado sobre a consulta publica, é tida a diretriz para que seja trabalhado  
39 sobre a permeabilidade, conectividade, maciços e questão hidrológica, afirma ser importante a questão das  
40 áreas úmidas ou banhados, sugere que seja focado na hidrologia, conectividade e seja mantido o foco na  
41 consulta publica. Tiago Pereira/FIERGS afirma ter tido uma posição do setor produtivo de que é possível uma  
42 composição, sendo de acordo com o DRH, SEMA e com a proposta que a FEPAM apoia, da retomada dos  
43 redutores para as quatro bacias hidrográficas que foram discutidas na reunião anterior, afirma ser ponto de  
44 preocupação ao setor produtivo nas discussões da biodiversidade, com novos problemas que pudessem vir a  
45 surgir. Domingos Lopes/FARSUL questiona se o parecer da SEMA concordando com o trabalho da consultoria

46 excetuando as quatro bacias citados pelo parecer do DRH o setor produtivo estaria concordando. Tiago  
47 Pereira/PIERGS afirma que poderia ser aceito desde que fosse fechado nesta composição de que o trabalho  
48 pudesse ser consolidado e aprovado por estes termos. Cristiano Prass/FEPAM menciona que foi feito pedido  
49 de Domingos Lopes de que seja realizada a simulação de valores do impacto dos 5%, afirma não ter sido  
50 realizado a simulação da Bacia Hidrográfica do Rio Caí em termos da aplicação da Lei dos quatro módulos que  
51 diz o produtor rural que exercer atividade agropecuária em área superior a quatro módulos fiscais deve ser  
52 enquadrado como contribuinte individual, afirma com certeza que por situação fundiária e tamanho dos imóveis,  
53 com o grande impacto que se dará na Bacia Hidrográfica do Rio Caí, mas é plausível de ser feito, foi realizado  
54 a simulação da bacia hidrográfica do Rio Santa Maria, onde há diferente situação fundiária que há grandes  
55 imóveis localizados na região da bacia hidrográfica, restam na bacia hidrográfica do Rio Santa Maria 4500  
56 imóveis que possuem menos de quatro módulos, se for considerado os 50% de aproveitamento médio de  
57 silvicultura, levaria um total de 80 mil hectares, que não estariam e não poderiam ser computados para  
58 tamanho de maciços, distanciamento e percentual de ocupação. Domingos Lopes/FARSUL afirma que no  
59 momento que o setor produtivo deixa de se preocupar com as quatro bacias hidrográficas, é extremamente  
60 prudente e claro com o relatório que foi enviado pela FEPAM a respeito da qualidade do relatório da  
61 biodiversidade de recursos hídricos das bacias hidrográficas, onde é tido a evidencia sobre as quatro bacias  
62 enquanto a questões hídricas, expõe sua ideia de ser emitido um parecer da câmara técnica concordando com  
63 o posicionamento do DRH e com o parecer da SEMA, com o posicionamento das demais entidades, no sentido  
64 de seja mantido o trabalho com seus redutores, com exceção das quatro bacias e que fosse excluído o item de  
65 conectividade e permeabilidade e seja montado o GT. Marion Heinrich/FAMURS questiona para Tiago Pereira  
66 que sendo criado o GT para ser melhor discutido os aspectos em relação a conectividade, há impedimento de  
67 que seja estabelecido um prazo e se há possibilidade de que seja realizada a alteração no zoneamento antes  
68 dos 5 anos para que possa se avançar em outros assuntos. Tiago Pereira/PIERGS afirma concordar com a  
69 proposta e acredita ser o melhor encaminhamento que se tenha um parecer, já que esta sendo realizada a  
70 tentativa de criar um consenso e demonstrar para o CONSEMA e outras Câmaras Técnicas que estão  
71 discutindo o mesmo assunto, o desfecho das negociações de debates que aconteceram na reunião, faz pedido  
72 de que seja realizada mais uma reunião Extraordinária para que possa ser internalizada a proposta da FEPAM  
73 de que seja mantido o distanciamento e tamanho de maciços. Diogo Heck/SEMA explica que em relação ao  
74 que foi dito por Marion Heinrich as questões de prazos, o que consta no ZAS é uma revisão de até cinco anos  
75 que seria o prazo máximo em tese, é entendido que não há necessidade de delimitar prazos, é pensado ser  
76 pertinente a criação do GT que siga avaliando e mantendo as discussões atualizadas, em relação ao balanço  
77 hídrico, especificando a manutenção da restrição das quatro bacias hidrográficas que foram colocadas para  
78 discussão, será tido a oportunidade com a manutenção da restrição de que seja realizada uma manutenção  
79 futura, como é dado o comportamento de regime hídrico nas bacias com maior e menor restrição, a questão da  
80 permeabilidade da conectividade foi entendido que não há outra forma de ser dada continuidade no assunto se  
81 não for através de discussões. Domingos Lopes/FARSUL concorda em questão a conectividade em uma  
82 reunião extraordinária, por haver a existência de um prazo que precisa ser cumprido, sugere que seja trazido  
83 uma posposta de parecer. Domingos Lopes/FARSUL em votação o parecer 08/2023 DIMETEC DRHS da  
84 SEMA. **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Manifestaram-se com dúvidas e esclarecimentos os seguintes  
85 representantes. Cristiano Prass/FEPAM; Tiago Pereira/PIERGS; Eduardo Stumpf/SERGS; Sec. Taiana  
86 Ramidoff/SEMA; Paula Hofmeister/FARSUL; Marion Heinrich/FAMURS; Diogo Heck/PIERGS. Não havendo  
87 mais nada a ser tratado, encerrou-se a reunião as 10h58m.